



ELEIÇÕES

Todas as fichas na PEC

Jair Bolsonaro corre contra o tempo para reverter em votos o pacote de bondades que ainda está travado no Congresso

» INGRID SOARES

Apesar do adiamento da votação da PEC dos Benefícios para terça-feira, durante última semana antes do recesso parlamentar, o presidente Jair Bolsonaro (PL) e equipe continuam confiantes na aprovação da medida que vai liberar R\$ 41 bilhões para o aumento do Auxílio Brasil — de R\$ 400 para R\$ 600 — e o voucher de R\$ 1 mil aos caminhoneiros autônomos. A PEC é a principal cartada de Bolsonaro na corrida à reeleição, com vistas a melhorar seu índice de popularidade e o desempenho nas pesquisas eleitorais, que apontam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na dianteira. Porém, o governo corre contra o tempo para fazer os benefícios chegarem na ponta da linha antes do pleito de outubro.

Com o atraso, é quase certo que o benefício só comece a ser pago a partir de agosto. Para especialistas, mesmo com a demora, o impacto será eleitoralmente positivo. No entanto, é difícil prever o quanto Bolsonaro poderá se beneficiar do pacote de bondades.

Ao **Correio**, a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) diz que o aumento da aprovação de Bolsonaro já aparece nas últimas pesquisas e crítica as tentativas de obstrução da votação da PEC. “A esquerda dizia que a economia se resolveria depois, e o depois chegou. Precisamos socorrer as pessoas e é lamentável que tenhamos tido tentativas de obstrução por parte dela”, disse a parlamentar.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), assegura que “o pacote será aprovado por quase unanimidade na próxima semana” e que “os prazos de implementação serão os possíveis”.

Gil Castello Branco, diretor geral da ONG Contas Abertas, acredita que haverá tempo para os pagamentos se transformarem em votos, pois, mesmo que o pacote seja aprovado somente na próxima semana, os preparativos já estão em curso. “Diante do interesse político, o governo já deve estar mobilizando os órgãos envolvidos. O governo, quando quer, pode muito, ainda mais com o apoio expressivo do Legislativo. Em ano de eleições, curiosamente, o verbo gastar une parlamentares da direita, da esquerda e do centro. Creio que o festival de bondades poderá ter impacto maior do que muitos esperam. Porém, estimar o quanto exatamente essas medidas farão o candidato subir nas pesquisas é muito difícil”, avalia.

Para a advogada constitucionalista Vera Chemin, mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas, o pacote de bondades terá impacto inicial, mas não será suficiente para definir a virada nas pesquisas, dada a polarização política-ideológica do país. “(O pacote de bondades) não parece ser um fator determinante para garantir a reeleição de Bolsonaro. A capacidade de discernimento dos eleitores quanto aos problemas enfrentados como a economia e a inflação, além de episódios de investigações de corrupção envolvendo o atual governo serão variáveis que poderão determinar essa escolha.”

Na avaliação de Ricardo Caichiolo, cientista político do Ibamec-DF, o pacote deverá ser aprovado com amplo apoio, “mesmo sendo altamente reprovável pelo reflexo negativo na economia no curto, médio e longo prazos”. Para ele, isoladamente, as medidas não serão capazes de cooptar votos para Bolsonaro. “Trata-se da última cartada na tentativa de reverter um

cenário eleitoral que se mostra amplamente favorável à eleição do ex-presidente Lula. Entretanto, a aplicação de tamanhos recursos em programas sociais não atrairá votos suficientes para que o atual presidente seja reeleito.”

que garanta a reeleição de Bolsonaro. A capacidade de discernimento dos eleitores quanto aos problemas enfrentados como a economia e a inflação, além de episódios de investigações de corrupção envolvendo o atual governo serão variáveis que poderão determinar essa escolha.”

Na avaliação de Ricardo Caichiolo, cientista político do Ibamec-DF, o pacote deverá ser aprovado com amplo apoio, “mesmo sendo altamente reprovável pelo reflexo negativo na economia no curto, médio e longo prazos”. Para ele, isoladamente, as medidas não serão capazes de cooptar votos para Bolsonaro. “Trata-se da última cartada na tentativa de reverter um

Divulgação/Internet



Bolsonaro na Marcha para Jesus, em SP: pressa em transformar em votos o aumento do Auxílio Brasil

cenário eleitoral que se mostra amplamente favorável à eleição do ex-presidente Lula. Entretanto, a aplicação de tamanhos recursos em programas sociais não atrairá votos suficientes para que o atual presidente seja reeleito.”

Caminhoneiros

Dois dos benefícios - o Auxílio Brasil e o Vale Gás - têm estruturas já regulamentadas, o que facilita a ação do governo na transferência dos recursos aos grupos contemplados, observa Pedro Pitanga, analista de risco político da Dharma Politics. Por isso, o desafio está na regulamentação dos demais programas da PEC. “A tendência é que, diante da celeridade do governo para realizar esses pagamentos, há ainda a possibilidade de novas medidas provisórias, com força de lei, deixando para um segundo momento a análise congressional das Mps.”

“A fotografia de momento nos revela ainda que o principal desafio de Bolsonaro está em

reduzir a tendência de alta rejeição em comparação com os demais pré-candidatos. Por isso, aposta na PEC como resposta à alta inflacionária, que traz a percepção do cenário econômico como o maior problema do governo, que tem impactado sua performance”, disse ele.

O cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice, prevê que a PEC trará impacto positivo para a popularidade do presidente. “Daí a resistência da oposição. Se percebesse que não há impacto forte, votaria sem estratégia de prorrogar ou classificar a PEC como eleitoreira. A grande dúvida é mensurar qual será o impacto. Acredito que os valores já serão pagos a partir de agosto. A dúvida é qual o tamanho do impacto positivo na popularidade dele. Essa é a incógnita.”

Apesar da expectativa, mesmo aliados do presidente se mostram descontentes, como os caminhoneiros. O presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava)

e líder dos caminhoneiros, Wallace Landim, o Chorão, classificou a PEC como “esmola” e tentativa de “compra de voto”.

“Mil reais não resolvem o problema dos caminhoneiros autônomos, é uma afronta à nossa inteligência, uma tentativa clara de comprar o direito mais digno de um cidadão, que é o seu voto”, declarou por meio de uma nota.

Comitê de campanha

Em outra frente, Bolsonaro dá andamento aos preparativos do evento que oficializará sua pré-candidatura à reeleição, no dia 24 de julho, no Rio de Janeiro. O chefe do Executivo comporá chapa com o general Walter Braga Netto como vice. O ex-ministro também será um dos coordenadores da campanha. O comitê eleitoral já está operando em uma casa do Lago Sul. Para reforçar a equipe de coordenação, o presidente trouxe de volta o ex-secretário de Comunicação Social da Presidência Fabio Wajngarten.

Economia e religião

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) participou de duas marchas evangélicas, ontem. Uma em São Paulo e outra, em Uberlândia (MG), onde também esteve uma motociclista. Apesar de impedido pela lei eleitoral de fazer campanha para sua reeleição, ele afirmou, em discurso, que a “questão econômica começa a ser superada”. Lançando mão de uma citação bíblica, atacou as gestões petistas mirando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu principal rival nas urnas. “Por falta de conhecimento meu povo pereceu”.

Em Diadema (PL), reduto petista, Lula participou do ato da coligação Vamos Juntos pelo Brasil. Ele criticou o orçamento secreto, a PEC Kamikaze e empresários. Ao falar sobre o teto de gastos, dirigindo-se ao companheiro de chapa Geraldo Alckmin (PSB), prometeu revogar a medida. “Pode saber desde já, Alckmin: nós vamos acabar com o tal do teto de gastos. O que nós queremos é fatura de emprego, de comida e de respeito nesse país”, disse.

Ainda em São Paulo, Luciano Bivar (União) fez um ato de “pré-convenção” ao qual cancelou o apoio do governador do estado, Rodrigo Garcia (PSDB), à sua candidatura à presidência da República. Apesar de os tucanos terem um acordo com o MDB, o PSDB paulista decidiu apoiar o deputado federal nas urnas. Bivar está sentado sobre o maior fundo eleitoral do Brasil, com R\$ 782 milhões para gastar na campanha.

Simone Tebet (MDB) também participou da Marcha Para Jesus em SP e buscou abraçar o eleitorado religioso. “Que Deus possa abençoar imensamente o nosso Brasil e que este evento seja um exemplo para a política”, disse. Ontem, ela também lançou um jingle de campanha, que traz o slogan “Eles não, ela sim”.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Imponderável é a astúcia do povo

Velho folclorista capixaba Hermógenes Lima Fonseca, nascido em 12 de dezembro de 1916, no Sítio José Alves, em Palmeiras, distrito de Itaúnas, Conceição da Barra, viveu até 1996, quando faleceu em Vila Velha, aos pés do Convento da Penha, um dos mais antigos no Brasil. Formado em direito, era contador e pesquisador da cultura de seu estado, que sofre muita influência de baianos e mineiros, além da forte atração dos cariocas, que consagraram Roberto Carlos, Nara Leão, Sérgio Sampaio e Rubem Braga. Hermógenes dizia que “o povo astúcia as coisas”, frase na qual se inspira essa reflexão dominical.

Nos dicionários, astúcia é o mesmo que esperteza ou a habilidade da pessoa que não se deixa enganar com facilidade. Na política, porém, quase sempre tem um significado negativo, porque é

uma das características dos políticos, quando atuam de forma dissimulada para atingir seus objetivos e enganar o eleitor. Há uma grande diferença entre a astúcia do povo e astúcia dos políticos. A primeira se baseia no bom-senso. Já a astúcia dos políticos recorre ao senso comum para atingir objetivos obscuros. É mais ou menos o que está acontecendo com a PEC da Eleição, que está em discussão na Câmara, um pacote de bondades destinado à população de mais baixa renda, com o claro propósito de favorecer a reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Como se sabe, o pacote foi aprovado pelo Senado com apenas o voto contrário do senador José Serra (PSDB-SP), após estranho acordo de bastidores entre o Palácio do Planalto, o Centrão e a oposição. Esse acordo deixou de ser uma peça atrás da orelha, após ficarmos sabendo, pelo

GOVERNISTAS MATAM DOIS COELHOS COM UMA CAJADADA SÓ: AGRADAM ELEITOR DE BAIXA RENDA COM AUXÍLIO BRASIL E CEVAM BASES COM ORÇAMENTO SECRETO

senador Marcos Do Val (Podemos-ES), que o “orçamento secreto” no Senado garantiu verbas bilionárias para os senadores que apoiaram a eleição do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O próprio Do Val recebeu R\$ 50 milhões em verbas para seu estado, mas o montante de recursos distribuídos entre os pares chegaria a R\$ 2,3 bilhões em emendas orçamentárias.

Na Câmara, a votação da PEC também está sendo azeitada pelo presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), com a liberação de recursos do orçamento secreto. Como não se fechou o balcão de negócios, a proposta ainda não foi aprovada, faltou quórum na quarta-feira passada. É difícil saber a exata relação entre o altruísmo e o egoísmo das excelências, ou seja, quais parlamentares estão votando uma emenda à Constituição que viola

a Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação eleitoral, para mitigar o sofrimento causado pela inflação, ou se também estão tendo sua reeleição anabolizada pelo orçamento secreto.

Estelionato eleitoral

Com certeza, os deputados da base do governo estão matando esses dois coelhos com uma cajadada só, ou seja, agradam o eleitor de baixa renda com o aumento do Auxílio Brasil e cevam as suas bases eleitorais com as verbas do Orçamento. Os da oposição, constrangidos em sua maioria, estão votando para salvar a pele na eleição, sob chantagem: um eventual voto contrário às medidas populistas será usado pelos adversários para inviabilizar a sua própria base eleitoral. Mas pode haver mais coisas entre o céu e a terra do que os

aviões de carreira, como diria o Barão de Itararé.

Lembro-me da Constituinte da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, em 1975, quando era um jovem repórter do Diário de Notícias. O interventor Faria Lima, nomeado pelo presidente Ernesto Geisel, enfrentava uma oposição amplamente majoritária, pois o MDB elegeu a maioria dos deputados nos dois estados. Em razão disso, indicou um aliado do ex-governador Chagas Freitas (MDB) para relator do projeto de Constituição, o que provocou a renúncia da líder do governo, deputada Sandra Cavalcanti (Arena). Indaguei ao deputado Cláudio Moacir, o líder do MDB, se ele seria o novo líder do governo. A resposta foi malandra: “não, vou usar a tática do bigode: na boca, mas do lado de fora”. O MDB era oposição, mas negociava cargos e verbas em troca de apoio ao interventor.

Governo e oposição fazem cálculos e projeções sobre o impacto da PEC nas eleições presidenciais. O presidente Jair Bolsonaro e o Centrão apostam suas fichas nas medidas que serão aprovadas, inclusive com a substituição dos cartões do Bolsa Família, uma

marca do governo Lula, pelo novo cartão do Auxílio Brasil. Ou seja, dinheiro vivo nas mãos do eleitor a partir de agosto. A oposição, principalmente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acredita que esses recursos, liberados em cima da eleição, não terão tanto impacto eleitoral e seu efeito geral sobre a economia seria neutralizado pela inflação. Os analistas econômicos, porém, são unânimes em dizer que o rombo fiscal vai desorganizar a economia e que o pacote de bondades será um estelionato eleitoral.

Por experiência vivida, não acredito em eleição ganha de véspera. Porque ninguém leva o eleitor para votar pelo nariz. Há cinco candidatos na pista, Lula (PT) disparado em primeiro, Bolsonaro (PL) em segundo, Ciro Gomes (PDT) em terceiro, Simone Tebet (MDB) e André Janones (Avante) empatados na quarta posição. O imponderável da eleição é voto secreto do eleitor, cuja astúcia não deve ser subestimada. Se houver muita bagunça na eleição, com ameaças à democracia, o bom-senso popular pode decidir o pleito no primeiro turno.